

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 1 Janeiro - Abril 2024

DOSSIÊ

O PROJETO DE EXTENSÃO DO LABORATÓRIO VIRTUAL DE ARQUEOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA PROPOSTA DECOLONIAL NO ENSINO SUPERIOR

Luciana de Castro Nunes Novaes*

Débora Anelli Silva**

Daniela Souza dos Santos***

João Paulo Dias Pereira****

Maria Luzia Eunice Martins de Oliveira*****

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar os antecedentes, o processo e os resultados da instalação do Laboratório Virtual de Arqueologia e Relações Étnico-Raciais, um projeto de extensão na Universidade Federal de Sergipe. O texto inicia com a descrição do projeto e as articulações necessárias para sua existência; em seguida, um breve histórico do desenvolvimento dos estudos étnico-raciais no ensino superior no Brasil, apresentando as articulações realizadas em dois anos com a intelectualidade negra no Ciclo de Estudos do LABAFRO, entre 2021 e 2022. Com isso, esse texto atua como um documento de divulgação científica através de uma escrita processual e crítica, fomentando a aplicação do pensamento decolonial na universidade e construindo um caminho de visibilidade dos intelectuais negros e afroindígenas desse país.

Palavras-chave: projeto de extensão; pensamento decolonial; intelectualidade negra.

* Professora adjunta do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e professora permanente no Programa de Pós-graduação em Arqueologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Arqueologia da Diáspora Africana e Relações Étnico-Raciais (UFS; CNPq). E-mail: luciana.dcn@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2778-8486>.

** Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: deboraanelli@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6791-8780>.

*** Graduada em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: daniella.souza86@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5548-6423>.

**** Graduado em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: joaop.dpereira@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2550-7795>.

***** Graduanda em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: marialuzia16@academico.ufs.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1374-9240>.

EXTENSION PROJECT OF THE VIRTUAL LABORATORY OF ARCHAEOLOGY AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS: A DECOLONIAL PROPOSAL ON HIGHER EDUCATION

ABSTRACT

The aim of this article is to present the background, process and results of the installation of the Virtual Laboratory of Archaeology and Ethnic-Racial Relations, an Extension Project at the Federal University of Sergipe. The text begins with a description of the project and the articulations necessary for its existence, followed by a brief history of the development of ethnic-racial studies in higher education in Brazil, presenting the articulations carried out in two years with the black intelligentsia in the LABAFRO Study Cycle (2021-2022). With this, this text acts as a document of scientific dissemination by a procedural and critical writing, fostering the application of decolonial thinking at the University and building a path of visibility for black and Afro-indigenous intellectuals in this country.

Keywords: extension project; decolonial thinking; black intellectuality.

EL PROYECTO DE EXTENSIÓN DEL LABORATORIO VIRTUAL DE ARQUEOLOGÍA Y RELACIONES ÉTNICO-RACIALES: UNA PROPUESTA DECOLONIAL EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

RESUMEN

El objetivo de este artículo es presentar los antecedentes, el proceso y los resultados de la instalación del Laboratorio Virtual de Arqueología y Relaciones Étnico-Raciales, como proyecto de extensión de la Universidad Federal de Sergipe. Este texto comienza con una descripción del proyecto y de las articulaciones necesarias para su existencia, luego presenta una breve historia del desarrollo de los estudios étnico-raciales en la educación superior en Brasil, para exponer las articulaciones realizadas en dos años con la intelectualidad negra en el Ciclo de Estudios del LABAFRO entre 2021 y 2022. Con esto, este artículo actúa como un documento de divulgación científica a través de una escritura procesual y crítica, fomentando la aplicación del pensamiento decolonial en la universidad y construyendo un camino de visibilidad de los intelectuales negros y afroindígenas en este país.

Palabras clave: proyecto de extensión; pensamiento decolonial; intelectualidad negra.

INTRODUÇÃO: OS ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS E A ARQUEOLOGIA EM SERGIPE

O projeto de extensão do Laboratório Virtual de Arqueologia e Relações Étnico-Raciais (LABAFRO) foi criado em 2021 sob a coordenação da professora Luciana de Castro Nunes Novaes, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sustentado por uma perspectiva brasileira do pensamento decolonial no século XXI. Não é possível negligenciar os processos coloniais e históricos de genocídio, etnocídio e epistemicídio que América, África, Oceania e Ásia sofrem há séculos e que permanecem impactando a formação da identidade, demandas e urgências de pessoas e grupos afrodiaspóricos, indígenas, ribeirinhos e tradicionais. Acionar uma perspectiva decolonial significa partir do princípio colonial e voltar-se para sua implosão por meio do uso de referenciais metodológicos produzidos no cerne de tradições, modos de existir, perspectivas filosóficas e etnometodologias não ocidentais.

A proposta do projeto de extensão LABAFRO é estudar e divulgar conjuntos teórico-metodológicos, temáticas e formas de escrita que objetivem a análise de materialidades e cotidianos por populações afrodiaspóricas, indígenas, ribeirinhas e tradicionais, assim como incentivar o pensamento crítico a respeito do racismo e eurocentrismo epistêmico, além de compreender as relações étnico-raciais no Brasil a partir de distintas práxis arqueológicas.

O projeto de extensão prioriza — sem excluir os demais — estudantes que racialmente se auto identificam como negros [pretos e pardos] e indígenas. Portanto, nessa proposta o conceito de raça é uma construção social e política que organiza pessoas dentro de um padrão partilhado de características físicas e subjetividades, em uma escala diferenciada de cores de pele e combinações fenotípicas. O racismo nesse fluxo é entendido como um fenômeno social que envolve “padrões de conduta e atitudes, assim como de uma infraestrutura social que continua e dissemina o preconceito racial de distintas formas” (Maldonado-Torres, 2006, p. 120).

Nesse fluxo é preciso também marcar o lugar do termo “etnia” nesse projeto, pois, mesmo reconhecendo a importância do pensamento antropológico para que tal categoria assumisse contornos culturais, territoriais, religiosos, tradicionais e linguísticos, é preciso reafirmar que essa é uma categoria que não fugiu do sistema racista planetário, e por isso são conjugados em conjunto, incluindo aqueles que são da raça/cor branca. Nessa explicação, o conceito de racismo é um processo de leitura racial do mundo sociocultural.

Entre 2021 e 2022, o LABAFRO realizou dois Ciclos de Estudos, marcados pela presença de estudantes de graduação, mestrado, doutorado, professores e profissionais das ciências sociais e humanas que têm sua trajetória intelectual impactada pelo olhar mais atento às materialidades e ao cotidiano por meio do pensamento decolonial e/ou afrocêntrico. É preciso ressaltar que todos os palestrantes se autodeclararam negros e negras, com exceção de um participante que estava em processo de afirmação de sua identidade parda. Tal foco inspira-se pelo registro da diversidade e complexidade da intelectualidade negra, como também o fomento de intersecções entre Arqueologia e as demais áreas científicas, popularizando a práxis, o arsenal teórico-metodológico e a escrita arqueológica.

Em 2021, dois estudantes negros foram aprovados no edital de extensão da UFS, e no ano seguinte mais uma discente de cor/raça branca compôs a equipe. No primeiro ano, o projeto de extensão teve a concessão de uma bolsa, porém, sem aprovados, pois há critérios internos para a distribuição dela. No segundo ano o projeto não concorreu à seleção de bolsas.

Com reuniões quinzenais, a relação entre arqueologia e estudos étnico-raciais foi inicialmente construída com base em dois textos basilares. Esse cruzamento foi realizado no modelo síncrono por meio do Google Meet. O primeiro texto, de Nelson Maldonado Torres (2006), aborda o devir histórico dos estudos étnico-raciais nos Estados Unidos e as bases de uma geopolítica do conhecimento, enquanto o texto de Ramón Grosfoguel (2016) aborda historicamente o racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do século XVI.

Posterior às discussões dos textos, as reuniões foram realizadas para montar o evento em continuidade com a proposta decolonial e antirracista do projeto. Um questionário foi pensado e construído a partir das perguntas indicadas pelos integrantes nas reuniões, versando sobre nomes preliminares de profissionais, temáticas e cronograma do evento. A divulgação do primeiro ano do Ciclo de Estudos foi feita por meio das redes sociais, com todas as vagas preenchidas. No segundo ano, como não houve divulgação nas redes, somente 60% das vagas divulgadas foram preenchidas. Para tanto, é preciso considerar o modelo remoto não mais como uma via alternativa, mas como parte integrante do desenvolvimento de projetos acadêmicos, especialmente, por tornar o evento mais acessível a pessoas de outros estados. Isso está estruturado pelo documento oficial da Conferência Nacional da Educação Básica: “oferta do ensino superior gratuito e de qualidade, inclusive no que se refere à normatização da EaD com qualidade social” (Brasil, 2008, p. 97).

Aos inscritos no projeto de extensão foi encaminhada uma bibliografia de referência dos estudos étnico-raciais com quinze títulos, cujo objetivo foi romper com a ausência, escassez e obstrução de aparato teórico-metodológico afrocêntrico, para que possa ser utilizado pelos participantes em seus projetos pessoais, em revelia à visão europeísta e branconcêntrica de alguns desorientadores e desorientadoras.

OS ESTUDOS ÉTNICO-RACIAIS E BASE JURÍDICA NO ENSINO SUPERIOR

Os Estados Unidos foram palco de uma série de movimentos sociais por direitos civis durante as décadas de 1960 e 1970, e nesse cenário surgiram os estudos étnicos. Esse campo foi criado seguindo uma agenda de descolonização interna que, ao contrário dos Estudos de Área, não atendiam aos interesses políticos das elites estadunidenses diante da crescente hegemonia no país, sendo incorporados pelas universidades para debater e contrapor questões etnocêntricas sobre branquitude e colonialismos presentes no discurso de diversos âmbitos acadêmicos.

Os estudos étnicos eram guiados pela ideia de lutar por políticas de afirmação de identidade e empoderar as comunidades racializadas e marginalizadas pela elite, tornando-as protagonistas de sua própria história por meio de múltiplas áreas de conhecimento. Nesse grupo encontram-se pessoas de origem africana, indígena, latina, asiática e quaisquer outros sujeitos que tenham sido submetidos à agenda colonial ou neocolonial estadunidense, marginalizados por não se enquadrarem nos padrões eurocêntricos (Maldonado-Torres, 2006).

Desde o início do século XX, os movimentos negros passaram a atuar na educação, reivindicando a inclusão de negros na escola pública. Esse debate aumenta nas décadas de 1940 e 1960. As questões sobre raça perderam lugar no que diz respeito à educação nacional. Falar sobre raça é discutir colonialidade, escravidão, acumulação de riquezas por minorias brancas no Brasil, que se perpetuam no poder ao longo dos séculos.

Foi no final dos anos 1970, por consequência dos fatores de discriminação racial, que o movimento negro, com a participação de intelectuais negros e não negros, passou a alertar o Estado brasileiro e a sociedade acerca da desigualdade que afligia a população

negra no Brasil com a ideia de que não é somente uma herança de um passado escravagista, “mas, sim, um fenômeno mais complexo [...] produto de uma trama complexa” que envolve âmbitos distintos da sociedade (Gomes, 2012, p. 734).

Pinho (2003) ressalta a influência desse movimento para a disseminação de uma organização política no “meio negro”, e como isso ajudou novos pesquisadores acadêmicos e ativistas negros a lutarem, pesquisarem, interpretar e publicarem mais narrativas voltadas à história de resistência e organização dos afrodescendentes no Brasil. O Movimento Negro Unificado (MNU), assim como outros movimentos e organizações semelhantes, auxiliaram no desenvolvimento de narrativas que ajudam a desconstruir essas explicações históricas, e essa nova geração de intelectuais tornou-se referência academicamente em pesquisas voltadas às relações étnico-raciais no Brasil graças a ações sociais provocadas por eles. Com a criação do MNU houve “[...]um aumento no número de militantes com qualificação em nível superior e médio, possibilitando uma maior comunicação entre os pesquisadores, proporcionando novas formas de experiência e troca de conhecimento” (Rosa, 2011, p. 29).

É somente na nova LDB, de 1996, com a alteração dos artigos 26-A e 79-B pela Lei nº 10.639/2003, que a questão racial voltou a ser palco das discussões nos princípios que regiam a educação nacional, protagonizadas pelas leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, “que incluem no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena” (Novaes, 2022). Contudo, é preciso ressaltar que o artigo 26-A indica a obrigatoriedade somente nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e particulares.

No documento final da Conferência Nacional da Educação Básica (Coneb) em 2008, o tópico “educação e afrodescendência” inclui no ponto 3 a “ampliação da oferta, por parte das instituições de ensino superior públicas, de cursos de extensão, especializações, mestrados e doutorados sobre relações étnico-raciais no Brasil e a história e cultura afro-brasileira e africana” (Brasil, 2008, p. 73). No tópico da “educação ambiental”, o ponto 4 indica “assegurar a inserção de conteúdos e saberes da educação ambiental nos cursos de licenciaturas e bacharelados das instituições de ensino superior, como atividade curricular obrigatória” (Brasil, 2008, p. 77). E é imprescindível tecer vínculos entre as relações étnico-raciais e os ambientes, na medida em que o racismo e o racismo estrutural afetam diretamente a compreensão sobre os territórios tradicionais e o modo de relação com os mananciais aquáticos.

Em 2009 o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana constitui-se como

uma proposta estruturante para a implementação da temática, do ponto de vista do sistema federal, na sensibilização e informação dos ajustes e procedimentos necessários por parte das instituições de ensino superior públicas e particulares devidamente autorizadas a funcionar pelo Ministério da Educação (Brasil, 2009, p. 33).

Mesmo que ainda seja um problema na integração da temática africana, afro-brasileira e indígena no Ensino Superior, a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Brasil, 2012), dispõe sobre cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para “pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência”. Já com a Lei Federal nº 12.990/2014 (Brasil, 2014) reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos no âmbito da administração pública, contribuindo para que

o perfil racial dos discentes e docentes das universidades federais e estaduais brasileiras seja alterado após séculos de manutenção brancocêntrica.

Durante o XI e XII Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) (Copene), organizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) em 2020 e 2022, respectivamente, arqueólogas e arqueólogos associados à Rede de Arqueologia Negra (NegrArqueo) tomaram como pautas a questão negra dentro da Arqueologia. Na edição de 2020, o evento contou com uma sessão temática de Patrícia Marinho de Carvalho (Universidade Federal de Pelotas [UFPe]), Gabby Hartemann (Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG]) e Irislane Pereira de Moraes (Universidade Federal do Amapá [Unifap]), intitulada “Arqueologia Negra: protagonismo, epistemologias e diálogos interdisciplinares sobre memória, patrimônio e ancestralidade”.

Na edição de 2022, o evento contou com uma maior presença da Arqueologia, havendo a mesa redonda “Arqueologia, História e Memórias Afroindígenas: protagonismos, epistemologias e reivindicações coletivas”, com autoria de Rosinalda Correa da Silva Simoni (Universidade Federal do Tocantins [UFT]) e exposição/debate a cargo de Rossano Lopes Bastos (NegrArqueo), Patrícia Marinho de Carvalho (ABPN) e Luciana Alves Costa (NegrArqueo).

Houve, ainda, uma sessão temática intitulada “Arqueologia Negra como Contação de História: lembrar e centralizar narrativas contra coloniais africanas e afrodiaspóricas”, de Iris Moraes Ewejimi (Unifap), Gabby Hartemann, Lúcio Costa Leite (Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá [IEPA]). Ainda, houve a apresentação de “Memórias, histórias e silêncios: futuridades de uma Arqueologia que cuida de Egun”, trabalho de Gabby Hartemann no qual o autor procura apresentar caminhos decoloniais e antirracistas nas reflexões teórico-metodológicas na Arqueologia.

É preciso levar em consideração que a perspectiva decolonial não incide diretamente enquanto uma perspectiva antirracista ou que pensa a raça e o racismo no mundo contemporâneo. Essa é uma decisão política e fundamental para entender o pensamento afrocêntrico no manancial teórico-metodológico do sul global que insiste em pensar a sociedade e as pessoas em um movimento que extrai a raça da colonialidade. Por isso, projetos federais desenvolvidos por docentes têm alto impacto em viabilizar o protagonismo, representatividade e reescrita da história dos bacharelados e das licenciaturas deste país. O evento virtual Margens: Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), da UFPe viabilizou a palestra “Práticas litúrgicas de matriz africana e a existência da afronatureza na cidade” (Novaes, 2022). O principal ponto abordado volta-se como fundamento para o desenvolvimento do LABAFRO, toma como base Enrique Dussel, que estudou por muitos anos a Igreja no período da conquista e colonização da América, e volta-se para o avanço das “estruturas da racionalidade técnica que compõem a metafísica moderna a partir do final do século XVIII e são erguidas através de recursos materiais pilhados da América e da exploração direta brutal dos povos africanos e indígenas” (Novaes, 2022, p. 37).

Construindo uma Arqueologia Brasil/Portugal: Pessoas, Materialidades e Colonialismo (Souza *et al.*, 2020) é um projeto coordenado por Astolfo Gomes de Mello Araujo (Laboratório Interdisciplinas de Pesquisa em Evolução, Cultura e Meio [LEVOC]), por meio do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP),¹ que ocorreu de 8 de abril a 13 de maio de 2021 no modelo remoto,

¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CL-ImWrnn2T/?igshid=MzRIODBiNWFIZA==>. Acesso em: 15 jul. 2023.

e objetivou desmontar os aspectos das cerâmicas comuns e das faianças portuguesas, entre os séculos XVI e XIX, e suas relações sociais pelo Atlântico. Foram incluídas temáticas sobre o colonialismo e memórias, além de palestras diárias com a presença de autores trazendo também a arqueologia colaborativa.

Experiências virtuais foram forjadas em meio à mortandade, violência e negligência de brasileiros e brasileiras entre 2020 e 2022 devido à pandemia da covid-19. A partir de uma obrigatoriedade de rearticulação da Educação no mundo e no Brasil, a educação a distância e o ensino remoto, que têm uma historicidade particular, foram ativados pelas condições impostas, favorecendo que o repertório acumulado atuasse nesse momento, com caminho de liberdade e afirmação. Por isso o LABAFRO nasce como um laboratório virtual que, entre 2021 e 2022, capacitou oitenta inscritos e três estudantes voluntários, com o objetivo maior de viabilizar acesso e ferramentas tanto teóricas quanto práticas para total e irrestrita descentralização epistêmica do saber.

O I CICLO DE ESTUDOS DO LABAFRO E A INTELECTUALIDADE NEGRA BRASILEIRA

O I Ciclo de Estudos do LABAFRO teve sua mesa de abertura composta pela professora doutora Carla Ramos Munzanzu, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em setembro de 2021. O tema abordado nesse primeiro encontro foi o colorismo a partir da História das Relações Raciais nos Estados Unidos e no Brasil, e ao fim houve a apresentação dos pilares temáticos a serem abordados nos quatro encontros que compõem a programação do ciclo de estudos.

O colorismo é uma temática que assumiu contornos contemporâneos, porém seus conteúdos raciais há muito tempo vêm sendo discutidos por intelectuais negros no âmbito da mestiçagem. Em sua fala, Carla Munzanzu trouxe a crítica do intelectual Eduardo Oliveira e Oliveira à visão brasilianista da democracia racial,² que enfatizava que não havia movimento negro por conta da dita democracia racial, sendo desconstruída pela historicidade do movimento negro, mostrando a atuação da Frente Negra Brasileira.

Ao realizar um “leque” cronológico dos questionamentos raciais, Munzanzu reconstruiu um paralelo entre a pessoa negra norte-americana e pessoas negras em outros territórios, como em sua expansão mundial. A reflexão étnico-racial levou à compreensão de que a violência racial tem caráter situacional, variando seus instrumentais na multiplicidade dos territórios de presença negra no mundo.

A coordenadora do LABAFRO, Luciana de Castro Nunes Novaes, realizou a abertura do primeiro encontro, trazendo para o centro das discussões o afrocentrismo a partir do texto de Cheik Anta Diop (1983, p. 40), que apresenta a existência da raça negra desde as mais distantes épocas da Pré-História, e, inclusive, afirma que a população egípcia é negra, com exceção da infiltração de nômades brancos no período protodinástico. Esse é um dado importante para a compreensão do valor discursivo dos estudos étnico-raciais nas Ciências Humanas e Sociais, que é de reescrever a História Mundial a partir do que foi subsumido, distorcido e alterado do continente africano.

Algo de grande importância para as discussões raciais no Brasil é a leitura do termo *moreno*, presente nas descrições populacionais do Egito e que Cheikh Anta Diop qualifica como um eufemismo para definição racial de negro, além de apresentar que a definição da população egípcia como branca não conta com nenhuma pesquisa profunda e existente, sendo somente resultado de definições arbitrárias, ou seja, não científicas.

² Para conhecer mais sobre o autor, ler Oliveira (1974, 1977).

Lara de Paula Passos (UFMG) em sua fala apresentou a proposta autoral da arqueopoesia. Consiste em uma experimentação com o objetivo de construir um repertório diferente de se fazer e falar de Arqueologia. É um modo de transmitir o conhecimento arqueológico de uma forma plural, que passe pelo corpo, afeto e a sensação, assim como a poesia. A inspiração para a construção de sua proposta veio do trabalho de mapeamento das referências bibliográficas, que constatou a predominância branca, masculina e internacional dos cursos de pós-graduação em Arqueologia do país.

Vanderleia Lima (Centro Universitário Internacional [Uninter]) trouxe em sua fala as experiências do fazer Arqueologia pública no território quilombola Alagoas. A roda de São Gonçalo, patrimônio cultural do quilombo, é percebido como patrimônio da comunidade por meio do uso da fotografia como instrumental tecnológico. O método que descentraliza poderes é a distribuição de câmeras a pessoas da comunidade, para que elas registrem a partir de sua ótica de integrante e pertencente ao patrimônio. Vanessa Orewá (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia [UFRB]), Ekedji e filha de Oxum, produziu sua comunicação a partir de sua pesquisa de mestrado sobre as Caretas do Mingau, na cidade de Cachoeira, no Recôncavo Baiano. Com base em uma categoria extremamente fundamental para a discussão étnico-racial, o conceito de corpo território atua como uma tecnologia ancestral de se viver.

O segundo encontro contou com a participação de João Paulo Dias Pereira, estudante de graduação em Arqueologia da UFS e voluntário do Projeto de Extensão, Luciana Alves Costa (UFS), Aline Serdezello Neves Vilaça (USP, Universidade Federal de Goiás [UFG], UFS) e Breno da Costa Loeser (UFS), problematizando a linha de pesquisa Corpo e Performance. A discussão permeou a área da Dança, das Ciências da Religião e Arqueologia. A professora doutora Aline trouxe uma reflexão sobre a objetificação do corpo negro forjado na colonização e continuado na contemporaneidade.

Uma das estratégias de ruptura das amarras coloniais são os movimentos epistêmicos vindos de África que representam a ancestralidade de um corpo visto como humano, e não objeto. Breno Loeser apresentou sua pesquisa de mestrado sobre as trocas de saberes e produtos afro-religiosos no complexo do mercado de Aracaju/SE. Em sua pesquisa ele entende o mercado como a corporeidade de Exu, mostrando como essa energia está envolvida nessas trocas comerciais, exemplificado nos assentamentos de Exu presentes em mercados de outras cidades.

Luciana Costa apresentou seu trabalho sobre a grade curricular do curso de graduação em Arqueologia da UFS. Nesse trabalho ela assinala a ausência de matérias referentes às diásporas africanas, indicando a violência epistêmica sofrida pelos estudantes afrodescendentes por serem negados de parte de sua história. Com isso, a proposta consiste em pensar no conceito de quilombo como uma possibilidade de resistência e fortalecimento, além de estratégia para a manutenção dos saberes tradicionais, construindo um coletivo de estudantes pretos. João Paulo apresentou seu trabalho de conclusão de curso em desenvolvimento sobre o drible enquanto um objeto de análise arqueológica, apontando o paralelo de Renato Nogueira (2013) entre drible e filosofias africanas. O drible encarna o saber africano na performance futebolística, fugindo assim da violência do racismo estrutural da sociedade brasileira.

O terceiro encontro contou com a participação de Daniela Souza dos Santos, estudante de graduação em Arqueologia na UFS e voluntária do Projeto de Extensão, e do professor doutor João Mouzart para refletir sobre a linha de pesquisa Raça e Identidade Étnico-Raciais. Daniela dos Santos pensou sua experiência enquanto mulher negra acadêmica a partir do texto de Maldonado Torres (2006), problematizando o conceito de raça, a chegada dos povos negros no Brasil e a origem dos estudos étnico-raciais.

A conceituação do termo raça levou em consideração as diferenças culturais e morais ligadas a outros dois conceitos muito caros para a discussão sobre identificação racial: genótipo e fenótipo. Com o intuito de desenhar a linha de desenvolvimento do conceito raça, localizou-o como emergente da Europa e fundamentado na ordem social que privilegia os sujeitos brancos. Ao fim, enfatizou sua experiência na graduação com a ausência de estudos voltados à diáspora e cultura africana. O prof. dr. João Mouzart trouxe outra percepção para o estudo da cultura negra dentro da Arqueologia, expondo seu trabalho, no qual escavou uma cozinha no município de Laranjeiras/SE, evidenciando toda a resistência e conhecimento negro contido naquele espaço e que geralmente não é percebido.

No quinto e último encontro, a linha de pesquisa Religiões Negras foi problematizada por meio da comunicação da professora doutora Luciana de Castro Nunes Novaes. A fala objetivou a desconstrução da dicotomia ocidental nos estudos de área que abordam religiões negras, a qual pode ser vista por meio do binômico falseado da oralidade e textualidade, pois são complexos comunicacionais complementares, a exemplo da cultura árabe e do cristianismo primitivo no continente africano. Quando não há o interesse nessa reflexão decolonial pela prática arqueológica, muita informação não é acessada, haja vista a importância da materialidade e oralidade em circulação nos espaços territoriais, como o diálogo necessário com a produção textual de iniciados e iniciadas nas religiões negras no Brasil.

O II CICLO DE ESTUDOS DO LABAFRO E A AFIRMAÇÃO DO PROJETO DE EXTENSÃO

O II Ciclo de Estudos do LABAFRO foi realizado em novembro de 2022. No primeiro encontro, a primeira a apresentar-se foi Elaine dos Santos Pinto, graduanda em Arqueologia pela UFOPA e quilombola do Quilombo de Murumurutuba, em Santarém/PA. Pinto, com sua irmã e seu cunhado, faz parte do projeto *Identificação e estudo de sítio arqueológico em área quilombola*, cujo objetivo principal é estudar, por meio de pesquisas arqueológicas, as comunidades remanescentes de quilombos e identificar os locais de memória mais antigos conhecidos pelos moradores.

O projeto contou com a autorização das Organizações Quilombolas de Santarém (OQS) e do Conselho Munduruku do Planalto, pois parte do sítio encontra-se em território quilombola e parte em território indígena. A pesquisadora destacou que as lideranças das comunidades sempre pedem aos estudantes que tragam um retorno à comunidade, pois infelizmente muitas pessoas faziam as pesquisas e não apresentavam-na as conclusões.

O Sítio Moura foi escolhido por estar entre Murumurutuba e a aldeia da Calvada, e está localizado na área da serra. Mais da metade do sítio é de terra preta e a pesquisa de campo se deu a partir do mapeamento e coleta dos materiais mais antigos. Pinto destaca que a paisagem também foi um importante fator a ser considerado, especialmente as árvores. Algumas das estruturas já não estavam mais erigidas, então as pesquisadoras utilizaram as plantas como guias, mapeando todas as árvores que estavam associadas a caminhos antigos.

Nas entrevistas, a comunidade indicou Dona Paula como uma das primeiras ocupantes quilombolas que residiu no sítio (há aproximadamente cem anos), mas as pesquisadoras não conseguiram identificar sua antiga casa por conta da destruição provocada por um antigo proprietário do terreno. Então, o pai de Elaine indicou que a casa localizava-se próxima a um pé de piquiá e a uma robusta mangueira que teriam sido plantadas pela própria Dona Paula. Ao chegar no local, as pesquisadoras conseguiram localizar as árvores mencionadas por seu pai, e nas redondezas encontrava-se a casa do genro de Dona Paula, Seu Álvaro (conhecido como Seu Preto).

No local foi encontrado um forno de ferro para torrar farinha, com as bordas conservadas e o fundo deteriorado. A outra ocupação pertencia a outra antiga moradora, Dona Nenê, e estava localizada na porção do terreno que se encontra em terra indígena. No local, as pesquisadoras identificaram uma árvore que a filha de Dona Nenê, Dona Maria Lúcia, disse estar plantada há cerca de quarenta anos, quando sua mãe saiu do local. Havia vestígios de um moedor de cana, porém a casa estava destruída. Na pesquisa, Pinto também conseguiu localizar um antigo e extenso caminho conhecido pelos moradores, no qual identificou uma grande quantidade de materiais cerâmicos e líticos. Ela destaca que representa não somente a si mesma, como também todo o coletivo que faz parte do projeto, e finaliza ressaltando a importância de quilombolas protagonizando suas próprias histórias na academia.

Em seguida, Alice Soares, bacharel em Arqueologia pela UFOPA, já inicia sua apresentação com a denúncia de um episódio de racismo ao qual foi submetida e que acabou sendo arquivado pelo Ministério Público Federal sem que ela pudesse obter quaisquer respostas sobre o processo. O ocorrido, entre outras frustrações, fez com que Soares alternasse entre o tema de sua monografia diversas vezes, até que enfim optou por falar sobre suas experiências na Arqueologia. Sua pesquisa objetivou acrescentar questões acerca do desenvolvimento da diáspora africana e contribuir para o conhecimento e visibilidade de pessoas afrodiáspóricas a partir de uma perspectiva afrocentrada. A pesquisadora aborda a autoarqueologia, ou seja, a experimentação crítica e fazer arqueológico a partir de experiências e vivências pessoais.

Soares discorre sobre o surgimento do Coletivo Negro Alessandra Caripuna da UFOPA, criado com a finalidade de apoiar e fortalecer os alunos e alunas negras da universidade, assim como o papel educacional do movimento negro em debates raciais. Ela destaca que, embora a UFOPA detenha grande diversidade entre os discentes ingressos e egressos, não há permanência. Por esse motivo, destaca a força da luta do coletivo para garantir que todos os integrantes dessa diversidade sejam inclusos nos editais. Em seguida, Soares aborda o contato que ela e Patrícia Marinho tiveram com o quilombo Tinungu como última etapa de campo, em que teve contato e convivência com as pessoas que ali habitavam.

Ela também destaca que as escavações tinham que ser com a colherzinha, pois a terra preta é composta por um solo mais solto e fino, mas que nas escavações feitas dentro de uma casa foi necessário o uso de uma enxada para escavar, já que o chão era batido. No terceiro capítulo, Soares trata da questão de sua mobilidade de Santarém a São Paulo, onde passou trinta dias com Patrícia Marinho e, inclusive, publicaram um artigo na *Revista de Arqueologia*, do MAE (Carvalho; Soares, 2021). Como não há muitas pesquisas que envolvem comunidades quilombolas em Santarém, quando Soares foi a São Paulo visitou acervos, reservas técnicas e exposições para poder pesquisar mais sobre a materialidade africana e entender melhor o processo da diáspora africana. Em suas considerações finais, ressalta a importância do movimento negro na educação e demonstra como nossas experiências nos moldam, podendo ser incorporadas em nossas pesquisas.

No segundo dia do evento, a professora Luciana de Castro Nunes Novaes iniciou-o dizendo que o eixo em questão foi pensado justamente para que a pesquisa de Lauro José de Assunção Rosa Cardoso fosse incluída. Cardoso é nascido e criado nas ilhas de São Tomé e Príncipe, é bacharel em Humanidades e licenciado em História pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), especialista em Artes Visuais pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (Faveni), mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), mestrando em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

na área de concentração, poder e ética, além de ser doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), concentrado na área de etnologias, transformações e conflitos contemporâneos.

O título do trabalho de Cardoso é “O que tem de arqueológico em São Tomé e Príncipe? Notas e possibilidades de pesquisa”, e se inicia com uma introdução sobre as ilhas São Tomé e Príncipe, localizada próxima a Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial e Gabão, população que somada dá em torno de 215 mil pessoas. O pesquisador afirma não haver muitas pesquisas no país de 1001 km², mas que há inúmeros aspectos e fatores, especialmente materiais, que apontam para as várias possibilidades de pesquisas arqueológicas não somente em São Tomé e Príncipe, como também nas demais ilhas que compõem a Linha Vulcânica dos Camarões.

São Tomé e Príncipe não tem uma história pré-colonial, e sua historiografia é marcada por dois períodos. O primeiro se estende do século XV ao XVI e é marcado pelo povoamento, prosperidade econômica colonial e o processo de crioulação, seguido por um declínio econômico e abandono dos portugueses. O segundo, entre os séculos XIX e XX, é caracterizado pelo colonialismo moderno, quando os arquipélagos voltaram a ter uma preponderância em termos estratégicos e econômicos, com as plantações de café e cacau vindos do Brasil — essa “conexão estoque” também se deu no outro sentido, quando algumas plantações de cana-de-açúcar foram enviadas ao Brasil a partir de São Tomé e Príncipe. Inclusive, das quatro ilhas que compõem a Linha Vulcânica dos Camarões, a única que possui uma história pré-colonial é Bioko.

A partir desse fato, Cardoso levanta o seguinte questionamento: será possível pensar em uma arqueologia pré-colonial para as ilhas São Tomé e Príncipe? Sua hipótese envolve pensar em um possível contato de populações africanas com as duas ilhas antes que os portugueses as invadissem. Ele afirma, porém, que não há evidências, nenhuma pesquisa que investigasse essa questão foi realizada. O pesquisador afirma ter conhecimento de algumas populações africanas dos séculos XIII e XIV que já tinham algumas embarcações e viajavam pelo continente, mas que a questão é se essas populações viajavam para ilhas mais distantes. Ele continua dizendo que os dados historiográficos deixam nítido que é improvável que tenha havido qualquer reino ou império nas ilhas São Tomé e Príncipe, mas que é possível que havia pequenas viagens para visitar as ilhas.

Cardoso então apresenta seis possibilidades de estudos arqueológicos nas ilhas São Tomé e Príncipe: Arqueologia da Resistência e da Escravidão, Arqueologia da Paisagem, Etnoarqueologia, Arqueologia da Arquitetura, Arqueologia Subaquática e Arqueobotânica. Com a Arqueologia da Resistência e da Escravidão é possível estudar revoltas de escravizados, como a Revolta do Rei Amador (1595) e o Massacre de 1952 — esse último ocorreu no dia 3 de fevereiro e é feriado nacional. Com a Arqueologia da Paisagem o pesquisador propõe estudar as transformações das roças (em São Tomé e Príncipe, o conceito se aproxima mais do que entendemos como fazenda no Brasil) enquanto espaços e paisagens, pois muitas foram fundadas durante o regime colonial português e, após a independência em 1965, passaram a pertencer ao Estado.

Atualmente, essas roças estão em sua maioria abandonadas, e é comum que as casas azuis (casas grandes) sejam ocupadas pela população, então Cardoso indica o uso da Etnoarqueologia para entender a ideia de casa enquanto um aspecto material, entendendo a dinâmica desses locais com os diferentes habitantes que os ocuparam.

Com a Arqueologia da Arquitetura pode-se pensar na relação entre os edifícios que foram sendo construídos nas ilhas ao longo dos séculos. A Arqueologia Subaquática pode ser empregada para investigar uma antiga lenda, na qual se diz haver uma embarcação naufragada antes da chegada dos portugueses e que os sobreviventes angolares passaram

a ocupar o sul das ilhas. Com a Arqueobotânica é possível pensar a povoação das ilhas a partir das plantas e perceber como as paisagens foram sendo compostas a partir dos plantios. Por fim, ele conclui que pode haver inúmeras possibilidades dentro da zooarqueologia, bioarqueologia e outras tantas áreas que podem vir a contribuir com um maior aprofundamento sobre o conhecimento das ilhas.

No terceiro e último dia do evento, o primeiro convidado a apresentar seu trabalho foi Pablício Jorge Santos Barbosa, frequentador da umbanda há mais de vinte anos, filho de Oxóssi, bacharel em Museologia, mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural e aluno especial do mestrado em Ciências Sociais da UFRB. Sua pesquisa na graduação registrou as cantigas nas festas de Zé Pelintra e Exu Capa Preta no terreiro Iansã e Oxóssi Oyá Dinguê, em Feira de Santana/BA, e desde então resolveu que todo o seu trabalho acadêmico seria voltado para o povo de santo e para contribuir com a “desdemonização” da cultura afro-brasileira. Em sua dissertação, *Exu e as memórias marginais de um samba na umbanda em Feira de Santana*, o autor busca uma associação entre os exus, as pessoas e suas atividades laborais como uma questão marginal total. Barbosa realizou uma etnografia centrada durante suas visitas às festas do terreiro, focando em filhos e filhas de santo e nas representações dos Exus Zé Pelintra, Maria Padilha e Exu Capa Preta, analisando-os como imagem e semelhança.

Para Barbosa, a escrita acadêmica contribui na manutenção de memórias e incentiva futuros pesquisadores e pesquisadoras a preservarem histórias. Ele também destaca que o maior patrimônio que temos é o da memória. No primeiro capítulo, “Um convite de Exu”, Barbosa faz uma associação entre o esquerdismo dos Exus e do pensamento social, denunciando o preconceito e racismo religioso cometido contra o povo de santo. O pesquisador também ressalta a importância da etnografia como ferramenta da antropologia, especialmente a antropologia interpretativista de Geertz e a etnografia participativa de Malinowski, pois enquanto o primeiro nos mostra a importância de perceber que há muito por trás do que observamos e por isso é preciso ir além com as interpretações, o segundo demonstra a importância da convivência na etapa etnográfica.

Segundo Barbosa, “descolonizar o pensamento ‘tradicional’, seja acadêmico ou senso comum, é uma das portas para a liberdade epistemológica”, pois não adianta fazermos uma pesquisa acadêmica sem que haja um pensamento político que contraponha o status quo de alguma esfera. Na cosmologia da umbanda, Zé Pelintra, Pombagiras, Exu Capa Preta, Exu Tranca Rua e Exu Veludo se encaixam na categoria de escravos Exus, ou seja, aqueles que realizam os “trabalhos” para o terreiro em nome dos orixás da casa. Entretanto, mesmo que a nomenclatura indique um trabalho forçado, essas entidades realizam-no com muita honra e respeito, desde que seus desejos (fumo, bebida e comida, sempre aliados à música) sejam atendidos para o trabalho. Os capítulos “A boca do mundo” e “Exu sou eu, elas e eles: imagem e semelhança” não puderam ser apresentadas pois não havia mais tempo.

Em seguida, o convidado Fernando Rosa de Jesus deu início à sua apresentação. Rosa de Jesus é graduando em Arqueologia pela UFS, músico e militante de movimentos sociais. Seu trabalho foi apresentado para a disciplina Tópicos Especiais em Arqueologia I, ministrada pela professora Novaes, e foi intitulado *Absorvendo ideias afrocentrada na arqueologia*. Seu referencial teórico foi composto pelas bibliografias apresentadas ao longo da disciplina.

No primeiro tópico, “Comportamento humano”, de Jesus inicia com o seguinte questionamento: como nos comportamos dentro de uma sociedade eurocêntrica? Ele diz que a resposta para essa pergunta é clara, pois basta entender os diversos processos sociais que reforçam comportamentos eurocêntricos e o processo da colonização — do qual,

inclusive, jamais seremos capazes de nos desvincular. Para combater esses processos, propõe uma perspectiva afrocentrada para que possamos ver o mundo além do eurocentrismo.

Uma problemática a respeito do comportamento humano é a não aceitação social da existência de realidades paralelas, pois os indivíduos deslegitimam outras realidades como uma forma de reforçar a validade da sua própria, sem qualquer interesse em sequer conhecer a realidade menosprezada. Ele também pontua que a própria Arqueologia foi criada dentro de padrões eurocêntricos e, portanto, não há como não haver vestígios desse pensamento na área.

No segundo tópico, “Causas e efeitos na sociedade”, afirma que o eurocentrismo no pensamento arqueológico gera um campo de entendimento superficial, no qual diferentes perguntas são respondidas com as mesmas respostas, sem abrir espaços para novos tipos de pensamento. Ainda, contribui para uma maior presença da ação colonialista na tradução das culturas, para a marginalização de grupos sociais não eurocêntricos e ressalta o racismo estrutural, além do fato de a retirada de credibilidade do discurso e dos locais de fala resultarem no afastamento dos povos de suas tradições e na apropriação cultural.

No terceiro tópico, “Tradução de realidades”, de Jesus apresenta alguns passos importantes para que se possa evitar a influência do pensamento eurocêntrico, como entender a ideia do pensamento afrocentrado e absorvê-la, respeitando as existências, reconhecer que os processos coloniais ainda perduram na prática científica e buscar novas formas de se entender essas realidades a partir de suas próprias perspectivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O próprio comportamento humano ocidental gera problemáticas na construção de narrativas arqueológicas, e para tentar amenizá-las o pesquisador propõe a descolonização da área, tanto na teoria quanto na prática. Os trabalhos apresentados durante os eventos demonstraram como o fazer arqueológico pode ir muito além de cânones eurocêntricos e da própria materialidade em si para entendermos o passado e os locais de memória negra e ação do mundo da intelectualidade negra na contemporaneidade.

A ciência arqueológica não está desassociada do ativismo político, pois é impossível desacoplar a identidade étnico-racial da identidade acadêmica. Isso porque muitas vezes corpos negros e indígenas estão na universidade para que outros corpos como os seus também possam ocupar e circular nessa estrutura de poder colonial e imperialista, enquanto subvertem a ordem imposta pela supremacia branca e a hierarquização racial.

O projeto e os eventos anuais atuaram como caminhos largos de aprendizado horizontal, priorizando as pesquisas e os interesses ao invés das titulações acadêmicas, visto que é comum no Brasil a valorização de doutores e doutorandos em detrimento dos estudantes de graduação, tratados como principiantes. Concluímos de forma satisfatória a implantação do Laboratório Virtual de Arqueologia e Relações Étnico-Raciais entre os anos de 2021 e 2022, com profundo interesse que outros modelos extensionistas assumam o protagonismo em construir uma pluriversidade ativa, antirracista e decolonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Conferência Nacional de Educação Básica, 1., 2008, Brasília*. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

- BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192. Acesso em: 14 jul. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 8 jul. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. *Diário Oficial da União*, 10 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/12990.htm. Acesso em: 14 jul. 2023.
- CARVALHO, Patrícia M. de; SOARES, Alice de M. “Todo poder ao povo preto”: diálogos sobre práticas colaborativas entre seres em lugares e tempos afrodiaspóricos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 37, p. 164-177, 2021.
- DIOP, Cheikh Anta. Origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, Gamal (org.). *História geral da África*. São Paulo; Paris (FR): Ática; UNESCO, 1983. v. 2, p. 27-57.
- GOMES, Nilma L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação e Sociedade*, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul. 2012.
- GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1 jan./abr. 2016.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Pensamento crítico desde a subalteridade: os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI. *Afro-Ásia*, n. 34, 2006.
- NOGUERA, Renato. O conceito de dríble e o dríble do conceito: analogias entre a história do negro no futebol e do epistemicídio na filosofia. *Revista Z Cultural*, v. 8, p. 34, 2013.
- NOVAES, Luciana de Castro Nunes. Por uma educação patrimonial das relações étnico-raciais. *Revista de Arqueologia*, v. 35, n. 1, p. 118-138, 2022.
- OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. O mulato, um obstáculo epistemológico. *Revista Argumento*, ano 1, n. 3, p. 65-73, jan. 1974.
- OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. Etnia e compromisso intelectual. In: GTAR (org.). *II Semana de Estudos Sobre o Negro na Formação Social Brasileira* (Caderno de Estudos). Niterói, RJ: UFF, 1977. p. 22-27.
- PINHO, Osmundo A. O sol da liberdade: movimento negro e a crítica das representações raciais. *ComCiencia*, 2003. Disponível em <https://www.geledes.org.br/movimento-negro-e-critica-das-representacoes-raciais-osmundo-de-araujo-pinho/>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- ROSA, Grazielle dos Santos. *Movimento negro no Brasil nas décadas de 1980-1990: rompendo correntes e conquistando direitos*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura e bacharel em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, 2011.

SOUZA, Adara G. de; DIARTE, Tereza C. B.; COSTA, Vanessa A.; ALFONSO, Louise P. Contribuições arqueológicas para o entendimento do racismo estrutural em Pelotas: uma aproximação entre pesquisa e extensão. In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO (ENPOS), 22., 2020, Pelotas. *Anais [...]*. Pelotas, RS: UFPel, 2020.

TORRES, Nelson Maldonado. Pensamento crítico desde a subalternidade: os estudos étnicos como ciência descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI. *Afro-Ásia*, v. 34, p. 105-129, 2006.